

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA

DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR CONCURSO PÚBLICO - EDITAL № 001/2024

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos CARGOS **001 - AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2024 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 01

Improcedem as alegações do recorrente.

Veja-se o enunciado da questão: "Tendo em vista as informações presentes no texto 1, pode-se conjecturar corretamente que a participação do Ministério da Saúde no tratamento dos dados referentes a vítimas fatais no trânsito acontece pelo seguinte motivo:" Este enunciado deixa bastante claro que, para a resolução da questão, o candidato deve considerar as informações CONTIDAS no texto. Assim, informações EXTERNAS ao texto NÃO serão consideradas para critérios de revisão, alteração ou anulação da questão.

Solicita-se que, a partir das informações DADAS no texto o candidato verifique qual CONJECTURA pode ser feita. Conjecturar significa "considerar algo como provável, baseando-se em deduções ou indícios". Entende-se, deste modo, que, a partir do conteúdo do texto, o candidato aponte a afirmação PROVÁVEL, que esteja de acordo com o dito. Apontar algo como PROVÁVEL não implica que esse algo seja REAL. Neste sentido, o candidato deve atentar ao conteúdo do texto, tendo em vista o TEMA e os REFERENTES DISCURSIVOS (coisas, seres, objetos, conceitos etc.) instaurados no texto, analisar o trecho reportado e verificar quais das afirmações está corretamente formulada e relacionada àquele conteúdo. Vejamos:

Item A) Alguns acidentes de trânsito são provocados por ingestão de bebidas alcoólicas vendidas a menores de idade em estabelecimentos não autorizados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA. Nesta afirmação, constam os referentes: bebidas alcóolicas', 'menores de idade', 'estabelecimentos não autorizados' e 'ANVISA'. Não há, no texto, marcas linguísticas que, explicita ou implicitamente, direta ou indiretamente, permitam relacionar tais referentes. De fato, no texto, ocorre apenas o referente



'ANVISA', estando os demais ausentes. Por este motivo, não é possível afirmar que tal conjectura está de acordo com o texto. Alternativa INCORRETA.

Item B) O atendimento às vítimas de acidentes de trânsito se faz primeiramente por parte dos profissionais da saúde. Nesta afirmação, constam os referentes: 'atendimento', 'vítimas de trânsito' e 'profissionais da saúde'. No texto, o referente 'vítima' está presente de forma EXPLÍCITA e DIRETA em duas ocorrências: "ao se considerar dados de 2012 apenas, registraram-se 46.051 vítimas fatais no trânsito, segundo o Ministério da Saúde. Com a intenção de reduzir as vítimas no trânsito, principalmente aquelas decorrentes de colisões frontais, que apresentam maior possibilidade de morte, em 2014 foram agravadas as punições para as infrações de trânsito, reclassificando o valor da multa por ultrapassagem indevida pela contramão". O referente 'profissionais da saúde', embora não diretamente explícito, pode ser inferido a partir de outros referentes, como 'Ministério da Saúde', posto que, se há um ministério da saúde, há, portanto, órgãos que tratam de questões atinentes à saúde e, se há órgãos que tratam de questões atinentes à saúde, há profissionais da saúde. O referente 'vítimas' sugere o referente 'atendimento', que sugere alguém que realize esse procedimento. Ora, se o texto diz que o Ministério da Saúde quantifica os dados referentes a vítimas de trânsito, é porque esse ministério está diretamente envolvido com essa questão. Se este órgão SABE quantas vítimas, fatais e não fatais, há no Brasil em determinado período é porque, de uma forma ou de outra, está envolvido com a questão. Desse modo, é possível relacionar os referentes e seu conteúdo informativo e CONJECTURAR (dar como PROVÁVEL, mesmo que, na realidade não seja) que o atendimento às vítimas de acidentes de trânsito se faz primeiramente por parte dos profissionais da saúde. Alternativa CORRETA.

Item C: Não há um "Ministério do Trânsito" no Brasil. Não há, no texto, pistas linguísticas que promovam tal afirmação, posto que há somente a menção a um ministério, o da saúde. Alternativa INCORRETA.

Item D: O Ministério da Saúde é o único órgão responsável por computar o número de nascimentos e mortes no Brasil. No texto, menciona-se o Ministério da Saúde como órgão que quantifica as vítimas, fatais e não fatais, no trânsito. A conjectura dada nesta alternativa não está, portanto, de acordo com os sentidos do texto.

Item E: As vítimas de acidentes de trânsito são sempre encaminhadas para hospitais públicos mantidos através de investimentos do Ministério da Saúde. Neste enunciado, há menção ao atendimento de vítimas por parte de hospitais públicos, o que poderia ser uma afirmação plausível, posto que, de fato, vítimas de acidentes de trânsito são atendidas em hospitais ou similares. Contudo, o próprio referente 'hospital público' presente nesta afirmativa pressupõe a existência de 'hospital privado'. Se vítimas de trânsito podem ser atendidas em hospitais públicos, elas podem também ser atendidas em hospitais privados. Desse modo, tal conjectura não está de acordo com as pistas linguísticas presentes no texto. Alternativa INCORRETA.

Mantém-se o gabarito preliminar.

Gabarito mantido. INDEFERIDO



Improcedem as alegações do recorrente.

O primeiro parágrafo do texto em análise DESCREVE o que é a semiótica e EXPÕE informações acerca da sua origem e dos seus objetivos. O segundo parágrafo do texto DESCREVE a semiótica e seus objetivos e EXPLICA a relação do homem com as linguagens, além de DESCREVER os sinais de trânsito: são um tipo de linguagem. O terceiro parágrafo INFORMA (isto é, EXPÕE, apresenta, informações) ao leitor a existência do Código de Trânsito Brasileiro e destaca sua relação com os cidadãos usuários do trânsito, informando também os seus objetivos como linguagem. O quarto parágrafo EXPÕE (apresenta) dados referentes ao número de vítimas quantificados pelo Ministério da Saúde e fornece INFORMAÇÕES a respeito do valor de multas. O quinto e último parágrafo EXPLICA o tema do artigo, sua funcionalidade e DESCREVE a estrutura desse artigo, bem como os objetivos e os resultados alcançados. Trata-se, portanto, de um texto em que predominam as sequências tipológicas DESCRITIVA e EXPOSITIVA. Mantém-se o gabarito preliminar.

Gabarito mantido. INDEFERIDO

Questão 04

Improcedem as alegações do recorrente.

Veja-se o enunciado da questão: "Com base apenas nas informações presentes na superfície do texto 1, assinale a alternativa correta a respeito do valor da multa por ultrapassagem indevida pela contramão". Com este enunciado, solicita-se que o candidato relacione as informações presentes no texto e indique qual alternativa está de acordo com as informações nele contidas. Trata-se, para todos os efeitos, de uma questão de LEITURA, ANÁLISE, COMPREENSÃO e INTERPRETAÇÃO DE TEXTO. Além disso, números são CONCEITOS, formulados com material linguístico e representados, na modalidade escrita, por SÍMBOLOS gráficos; são, em termos linguísticos, da mesma ordem das palavras, que, na modalidade escrita, são registradas por meio de símbolos gráficos: as letras. O conteúdo do texto e os objetivos traçados ESTÃO DE ACORDO com o Edital, posto tratar-se de um exame que busca verificar as competências linguísticas e comunicativas do candidato. Mantém-se o gabarito preliminar.

Gabarito mantido. INDEFERIDO



Improcedem as alegações do recorrente.

Solicita-se que o candidato indique qual das palavras dadas NÃO está relacionada ao significado da palavra 'infrações'. Analise-se os significados de cada uma delas a partir das definições dadas pelo dicionário Caldas Aulete Online:

Infração: Ação ou resultado de infringir; violar lei, tratado, regra, ordem etc.

Contraventor: Aquele que pratica contravenção, que infringe a lei ou alguma regra ou norma; infrator; transgressor.

Violação: transgressão a lei, norma, regra ou obrigação estabelecidas.

Infligir: impor ou fazer incidir (pena, castigo, sofrimento etc.) sobre.

Transgressão: infração ou violação da lei.

Infrator: aquele que infringe uma lei, regra, norma, etc.; transgressor.

Do cotejo entre os significados, resulta que somente infligir NÃO está relacionada ao significado da palavra 'infrações'.

Mantém-se o gabarito preliminar.

Gabarito mantido. INDEFERIDO

Questão 06

Improcedem as alegações do recorrente.

Veja-se o enunciado da questão: "Tendo em vista as informações presentes no texto 1, pode-se conjecturar corretamente que a participação do Ministério da Saúde no tratamento dos dados referentes a vítimas fatais no trânsito acontece pelo seguinte motivo:" Este enunciado deixa bastante claro que, para a resolução da questão, o candidato deve considerar as informações CONTIDAS no texto. Assim, informações EXTERNAS ao texto NÃO serão consideradas para critérios de revisão, alteração ou anulação da questão.

Solicita-se que, a partir das informações DADAS no texto o candidato verifique qual CONJECTURA pode ser feita. Conjecturar significa "considerar algo como provável, baseando-se em deduções ou indícios". Entende-se, deste modo, que, a partir do conteúdo do texto, o candidato aponte a afirmação PROVÁVEL, que esteja de acordo com o dito. Apontar algo como PROVÁVEL não implica que esse algo seja REAL. Neste sentido, o candidato deve atentar ao conteúdo do texto, tendo em vista o TEMA e os REFERENTES DISCURSIVOS (coisas, seres, objetos, conceitos etc.) instaurados no texto, analisar o trecho reportado e verificar quais das afirmações está corretamente formulada e relacionada àquele conteúdo. Vejamos:

Item A) Alguns acidentes de trânsito são provocados por ingestão de bebidas alcoólicas vendidas a menores de idade em estabelecimentos não autorizados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA. Nesta afirmação, constam os referentes: bebidas alcóolicas', 'menores de idade', 'estabelecimentos não autorizados' e 'ANVISA'. Não há, no texto, marcas linguísticas que, explicita ou implicitamente, direta ou indiretamente,



permitam relacionar tais referentes. De fato, no texto, ocorre apenas o referente 'ANVISA', estando os demais ausentes. Por este motivo, não é possível afirmar que tal conjectura está de acordo com o texto. Alternativa INCORRETA.

Item B) O atendimento às vítimas de acidentes de trânsito se faz primeiramente por parte dos profissionais da saúde. Nesta afirmação, constam os referentes: 'atendimento', 'vítimas de trânsito' e 'profissionais da saúde'. No texto, o referente 'vítima' está presente de forma EXPLÍCITA e DIRETA em duas ocorrências: "ao se considerar dados de 2012 apenas, registraram-se 46.051 vítimas fatais no trânsito, segundo o Ministério da Saúde. Com a intenção de reduzir as vítimas no trânsito, principalmente aquelas decorrentes de colisões frontais, que apresentam maior possibilidade de morte, em 2014 foram agravadas as punições para as infrações de trânsito, reclassificando o valor da multa por ultrapassagem indevida pela contramão". O referente 'profissionais da saúde', embora não diretamente explícito, pode ser inferido a partir de outros referentes, como 'Ministério da Saúde', posto que, se há um ministério da saúde, há, portanto, órgãos que tratam de questões atinentes à saúde e, se há órgãos que tratam de questões atinentes à saúde, há profissionais da saúde. O referente 'vítimas' sugere o referente 'atendimento', que sugere alguém que realize esse procedimento. Ora, se o texto diz que o Ministério da Saúde quantifica os dados referentes a vítimas de trânsito, é porque esse ministério está diretamente envolvido com essa questão. Se este órgão SABE quantas vítimas, fatais e não fatais, há no Brasil em determinado período é porque, de uma forma ou de outra, está envolvido com a questão. Desse modo, é possível relacionar os referentes e seu conteúdo informativo e CONJECTURAR (dar como PROVÁVEL, mesmo que, na realidade não seja) que o atendimento às vítimas de acidentes de trânsito se faz primeiramente por parte dos profissionais da saúde. Alternativa CORRETA.

Item C: Não há um "Ministério do Trânsito" no Brasil. Não há, no texto, pistas linguísticas que promovam tal afirmação, posto que há somente a menção a um ministério, o da saúde. Alternativa INCORRETA.

Item D: O Ministério da Saúde é o único órgão responsável por computar o número de nascimentos e mortes no Brasil. No texto, menciona-se o Ministério da Saúde como órgão que quantifica as vítimas, fatais e não fatais, no trânsito. A conjectura dada nesta alternativa não está, portanto, de acordo com os sentidos do texto.

Item E: As vítimas de acidentes de trânsito são sempre encaminhadas para hospitais públicos mantidos através de investimentos do Ministério da Saúde. Neste enunciado, há menção ao atendimento de vítimas por parte de hospitais públicos, o que poderia ser uma afirmação plausível, posto que, de fato, vítimas de acidentes de trânsito são atendidas em hospitais ou similares. Contudo, o próprio referente 'hospital público' presente nesta afirmativa pressupõe a existência de 'hospital privado'. Se vítimas de trânsito podem ser atendidas em hospitais públicos, elas podem também ser atendidas em hospitais privados. Desse modo, tal conjectura não está de acordo com as pistas linguísticas presentes no texto. Alternativa INCORRETA.

Mantém-se o gabarito preliminar.

Gabarito mantido. INDEFERIDO



Improcedem as alegações do recorrente.

Solicita-se que o candidato indique o item cuja forma verbal exprime O MESMO CONTEÚDO e AS MESMAS NUANCES EXPRESSIVAS da estrutura de voz passiva apresentada no trecho reportado. Em termos de estrutura, a voz passiva, em língua portuguesa, é uma construção que muda um sintagma da posição pós-verbal, típica do objeto direto, para a posição pré-verbal, típica do sujeito. Em termos de significado, o item deslocado para a posição de sujeito (antes do verbo) passa a indicar o ser ou a coisa sobre a qual incide a ação praticada pelo ser ou coisa expressa pelo item deslocado para a posição pós-verbal (depois do verbo). Na voz ativa, o agente e o paciente devem OBRIGATORIAMENTE ser formalizados, isto é, expressos na sentença. Com a voz passiva, apenas o paciente (que está antes do verbo) deve obrigatoriamente ser formalizado, sendo facultativa a formalização do agente (que está depois do verbo). Com isso, a voz passiva tem a característica EXPRESSIVA de apagar ou omitir o agente, ou porque se trata de um termo já conhecido ou porque se trata de um termo cuja identidade não se quer, não pode ou não se deve conhecer. No exemplo em análise, o agente não foi expresso: "serão analisadas [por quem?] as marcas longitudinais". Nesse sentido, devese indicar qual forma verbal expressa tanto a noção de passividade quanto a demoção/o apagamento do agente, levando em consideração também a concordância do sujeito paciente com o verbo. Assim:

Item A: Analisar-se-á. INCORRETO, posto que, embora exprima a concordância com o sujeito paciente e a demoção do termo agente, falta a concordância.

Item B: Analisar-se-ia. INCORRETO, pois, embora exprima a demoção do termo agente, exprime ação futura em relação a um fato passado e falta a concordância.

Item C) Analisar-se-ão. CORRETO, pois exprime ação futura, a concordância com o sujeito paciente e a demoção do termo agente.

Item D) Analisar-se-iam. INCORRETO, pois, embora exprima a concordância com o sujeito paciente e a demoção do termo agente, exprime ação futura em relação a um fato passado.

Item E) Analisaremos. INCORRETO, pois, embora exprima ação futura, a forma indica que se trata de voz ativa, da qual o sujeito é inferível: nós. Em outras palavras, o termo agente não foi demovido.

Mantém-se o gabarito preliminar.

Gabarito mantido.



Improcedem as alegações do recorrente.

Analisem-se os itens:

Item A: Presença de linguagem verbal. INCORRETO: apenas a imagem 3 possui linguagem verbal (aeroporto).

Item B: Ausência de linguagem verbal. INCORRETO: a imagem 3 possui linguagem verbal (aeroporto).

Item C: Presença de pelo menos duas categorias de signos. CORRETO: na imagem 1 ocorrem 2 ícones (a silhueta de uma pessoa e a faixa de pedestre) e um índice (indica que, próximo à placa, há uma passagem para pedestres).

Item D: Local onde são veiculadas para a comunicação com os usuários. INCORRETO: o local onde as imagens são veiculadas não coincidem: uma placa com o conteúdo da imagem 1 pode estar em qualquer tipo de calçada ou passagem; uma placa com o conteúdo da imagem 3 encontra-se OBRIGATORIAMENTE em áreas próximas a aeroportos ou com escoamento viário para tal local.

Item E: Falta de explicitação dos seus conteúdos significativos. INCORRETO: as duas imagens são bastante claras em seus conteúdos: 'faixa de pedestre à frente' e 'aeroporto próximo'.

Mantém-se o gabarito preliminar.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 10

Improcedem as alegações do recorrente.

Conforme o texto 2, as três imagens são assim descritas:

Imagem 1: possui dois ícones (a silhueta da pessoa e a faixa) e um índice (indica que ali próximo há uma faixa de pedestres).

Imagem 2: possui dois ícones (o trilho e o cruzamento de pistas) e um índice (indica que ali próximo há uma passagem de nível).

Imagem 3: possui um ícone (o avião), um índice (indica que ali próximo há um aeroporto) e um símbolo (a palavra 'aeroporto').

Analisemos as asserções:

- I) Na imagem 1, há somente um ícone. INCORRETO, pois há dois ícones e um índice.
- II) Na imagem 2, há um índice e um símbolo. INCORRETO, pois não há símbolo em tal imagem.
- III) Na imagem 3, há um símbolo, um ícone e um índice. CORRETO, pois há símbolo, um ícone e um índice.

Deste modo, SOMENTE A ASSERÇÃO III ESTÁ CORRETA. Mantém-se o gabarito preliminar.

Gabarito mantido.



Improcedem as alegações do recorrente.

Na segunda afirmação, o Windows não possui um núcleo que isola o Kernel: o NÚCLEO É O PRÓPRIO KERNEL. Além disso, o Windows não isola os recursos: ele os disponibiliza a partir de interfaces que são acionadas através de chamadas do sistema.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 12

Procedem as alegações do recorrente.

Não existe o estado "Em Espera". De acordo com as obras de Tanenbaum e Silberschatz, os três estados de um processo são Pronto, Bloqueado e Em Execução.

Corresponde a mudança de Gabarito, da Prova 01 e 02, de B para C.

DEFERIDO

Questão 13

Improcedem as alegações do recorrente.

Na guia "Inserir" do Microsoft Word 2016, encontramos vários grupos de comandos que permitem adicionar diferentes tipos de conteúdo ao documento. Os grupos da guia "Inserir" incluem Páginas, Tabelas, Ilustrações, Links, Comentários, Cabeçalho e Rodapé, Texto e Símbolos.

Portanto, a alternativa que NÃO é um grupo da guia "Inserir" do Microsoft Word 2016 é: d) Parágrafo.

O grupo "Parágrafo" está localizado na guia "Página Inicial", não na guia "Inserir".

Gabarito mantido.



Improcedem as alegações do recorrente.

Vamos analisar cada sentença fornecida sobre o Gmail:

O Gmail possibilita o preenchimento automático de mensagens.

Verdadeiro. O Gmail possui um recurso chamado "Respostas automáticas" e "Sugestões de resposta", que utilizam inteligência artificial para sugerir frases ou respostas completas enquanto você digita um e-mail. Este recurso é parte das ferramentas de produtividade do Gmail para ajudar a compor e-mails mais rapidamente.

Todo endereço de e-mail utilizado no Gmail precisa ter o @ em sua estrutura.

Verdadeiro. Assim como em qualquer serviço de e-mail, os endereços de e-mail no Gmail seguem o padrão de estrutura "usuário@domínio". No caso do Gmail, o domínio é geralmente "gmail.com". Portanto, o símbolo "@" é uma parte fundamental da estrutura de qualquer endereço de e-mail.

Para criar uma assinatura no Gmail, faz-se necessário ter pelo menos 1 ano de uso da ferramenta.

Falso. Não há nenhum requisito de tempo de uso para criar uma assinatura no Gmail. Qualquer usuário, independente do tempo que tenha usado o serviço, pode configurar uma assinatura de e-mail através das configurações do Gmail.

Portanto, a sequência correta é:

b) V - V - F.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 15

Improcedem as alegações do recorrente.

O atalho CTRL + D no Excel é utilizado para preencher o conteúdo da célula ativa para baixo, nas células abaixo. Este recurso é extremamente útil quando há a necessidade de copiar rapidamente dados para as linhas subsequentes, garantindo consistência e eficiência na manipulação de dados. Portanto, argumentação inválida.

Gabarito mantido.



Improcedem as alegações do recorrente.

De acordo com o site da prefeitura de Olinda, "O mercantilismo presente no Recife e a racionalidade daquela nova relação, à luz do novo mundo dos séculos XVI e XVII venceram afinal. Olinda tem seu futuro traçado diante do crescimento da importância do Recife. O centro histórico (atual), nesses meados do século XIX, ainda se encontrava envolvido por propriedades rurais, as maiores, os engenhos, na maioria de fogo morto, os da várzea do Beberibe, e as menores, os sítios, nas margens do Rio Beberibe e do mar."

fonte https://www.olinda.pe.gov.br/a-cidade/historia/ Logo a afirmativa A encontra-se CORRETA.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 18

Improcedem as alegações do recorrente.

A guerra dos mascates é citada no enunciado da questão, portanto não existe necessidade de citá-la novamente no item III.

De acordo com o site Politize! "No ano de 1710 que os senhores de engenho de Olinda decidem invadir a cidade de Recife, dando início à guerra que terminaria um ano depois. Imediatamente os invasores conseguiram dominar a cidade, mas logo em seguida foram derrubados, provocando uma enorme instabilidade na região." Portanto, a afirmativa encontra-se correta.

Sendo o gabarito da questão " Apenas a afirmativa I está errada." fonte https://www.politize.com.br/guerra-dos-mascates/

Gabarito mantido.



Improcedem as alegações do recorrente.

De acordo com o guia turístico de Olinda a afirmativa B é referente a chamada Ruínas do Senado "Construção anterior a 1693, o edificio entrou em ruínas e desabou com a transferência da Câmara de Olinda para instalações no Varadouro, no final do século XIX. No Prédio do Senado da Câmara de Olinda, Bernardo Vieira de Melo deu o primeiro grito em favor da República no Brasil, em 1710."

Ainda de acordo com a mesma fonte, o Palácio dos Governadores de Olinda "O antigo Paço dos Governadores Gerais do Brasil foi construído no século XVII, após a Restauração Pernambucana, de onde o País foi três vezes governador. Em 1824, recebeu a Assembleia Constituinte e Legislativa da Confederação do Equador. Foi modificado e ampliado no final do século XIX, recebendo uma feição neoclássica em sua fachada. Apresenta assoalho em ipê, escadaria original em cedro e o piso em mosaico. Atualmente, é a sede da Prefeitura Municipal de Olinda." referente a afirmativa CORRETA.

fonte https://www.olinda.pe.gov.br/guia-

turistico/monumentos/#:~:text=Pal%C3%A1cio%20dos%20Governadores&text=Em%201824%2C%20recebeu%20a%20Assembleia,e%20o%20piso%20em%20mosaico.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 20

Procedem as alegações do recorrente.

A primeira afirmativa da questão encontra-se VERDADEIRA pois "Em 1535, Duarte Coelho se instalou na Capitania de Pernambuco e se tornou o primeiro donatário, fundou a cidade de Olinda e tinha a missão de difundir a cultura canavieira pela região. O plano estava dando certo, no entanto, em 1550, Duarte Coelho, acatando uma solicitação do rei, voltou para Portugal com seus dois filhos e deixou em Pernambuco sua esposa, dona Brites de Albuquerque, para tocar os negócios da família, administrar a Capitania e expandir a atividade canavieira. O mandato de Brites de Albuquerque negociou com os índios, abriu novos engenhos, ampliou área de cultivo, incrementou a comercialização do açúcar, ampliou as divisas da Colônia e o faturamento da família, bancando os estudos dos filhos em Portugal."

Fonte https://www.canaonline.com.br/conteudo/dona-brites-de-albuquerque-a-mae-de-pernambuco-e-uma-das-personagens-do-livro-mulheres-da-cana-de-acucar.html

"Colonizadora e donatária da Capitania de Pernambuco. Casada com Duarte Coelho Pereira, desembarcam para assumir a capitania em 1535. Duarte Coelho, chamado a Portugal para prestar esclarecimento sobre sua capitania, morreu em Lisboa. Brites assume o governo da capitania enfrentando diversas dificuldades, dentre elas resistir às investidas dos indígenas. Durante o governo de dona Brites, Pernambuco era a mais desenvolvida capitania do Brasil." fonte http://www.mulher500.org.br/brites-mendes-de-albuquerque-1584/ Logo sequencia encontrada V - V - V - F

Corresponde a mudança de Gabarito, na Prova 01 e 02, de A para C. DEFERIDO



Improcedem as alegações do recorrente.

Razão não assiste ao Recorrente. Assim, o argumento apresentado não se sustenta, uma vez que a questão aponta como a ser assinalada "determinação das políticas econômicas a serem adotadas pelo Estado" (esta não é uma característica de uma Constituição). A alternativa aludida pelo Recorrente não deveria ser assinalada pelo candidato, pois apresenta, sim, uma das características de uma Constituição, não implicando o termo utilizado "regulação" em dubiedade, uma vez que, sim, uma Constituição regula os poderes e as responsabilidades das instituições governamentais, como o legislativo, o executivo e o judiciário. Portanto, deve ser mantida a questão.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 22

Improcedem as alegações do recorrente.

Razão não assiste ao Recorrente.

Os direitos individuais e coletivos são igualmente importantes e interdependentes. Enquanto os direitos individuais protegem as liberdades e prerrogativas de cada pessoa, os direitos coletivos visam proteger os interesses de grupos e comunidades dentro da sociedade. Esses dois tipos de direitos são complementares e contribuem para a promoção da igualdade, da justiça e do bem-estar de todos os membros da sociedade. Autores como John Stuart Mill, em sua obra "On Liberty", e Amartya Sen, em "Development as Freedom", argumentam que os direitos individuais são essenciais para proteger a autonomia e a dignidade dos indivíduos, enquanto os direitos coletivos são necessários para garantir que nenhum grupo seja marginalizado ou discriminado dentro da sociedade. Portanto, ambos os tipos de direitos desempenham um papel crucial na construção de uma sociedade democrática e inclusiva. Desta forma, merece ser mantida a questão.

Gabarito mantido.



Improcedem as alegações do recorrente.

Razão não assiste ao Recorrente, uma vez que a questão não é inadequada, nem ambígua, inserindo-se em um dos itens constantes do conteúdo exigido para o concurso, a saber: "Noções de Direito Constitucional: Direitos e Garantias Fundamentais". As gerações de direito fundamentais são, portanto, pertinentes ao tema exigido expressamente em edital. Desta forma, merece ser mantida a questão.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 25

Improcedem as alegações do recorrente.

Razão não assiste ao Recorrente.

A alternativa B está incorreta, pois o poder disciplinar da Administração Pública é uma prerrogativa específica relacionada à disciplina e à punição de servidores públicos no exercício de suas funções. Ele não se estende aos particulares que não mantenham vínculo com o serviço público. Os particulares estão sujeitos às leis e normas aplicáveis a toda a sociedade, incluindo o Código Penal, o Código Civil e outras legislações específicas de acordo com a área de atuação. Caso um particular cometa uma infração ou crime, ele será responsabilizado de acordo com as normas do direito comum, não por meio do poder disciplinar da Administração Pública. Portanto, o poder disciplinar é uma atribuição exclusiva da Administração Pública para disciplinar e punir seus servidores, não podendo ser utilizado para punir particulares não relacionados ao serviço público. O núcleo da questão, que demandou uma correta interpretação do candidato quando da resolução da questão, é "poder disciplinas da Administração Pública" e não apenas "Administração Pública". Desta forma, merece ser mantida a questão.

Gabarito mantido.



Improcedem as alegações do recorrente.

Razão não assiste ao Recorrente.

A alternativa apontada como correta ("princípio da irretroatividade da lei penal") não padece de dubiedade.

O princípio da irretroatividade da lei penal estabelece que a lei penal não pode retroagir para prejudicar o acusado, ou seja, não pode ser aplicada a fatos ocorridos antes de sua vigência. Portanto, no caso do enunciado, ao processar João com base na nova lei, o Estado está violando esse princípio fundamental do Estado de Direito. Desta forma, a questão merece ser mantida.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 30

Improcedem as alegações do recorrente.

Razão não assiste ao Recorrente. A alternativa apontada como correta ("a ética trata do que deve ser, enquanto a moral se preocupa com o que é") está de acordo com a definição apresentada na questão, onde se destaca que a ética trata do que deve ser (parâmetro normativo de conduta), enquanto a moral se preocupa com o que é (incidência de normas morais e valores em um determinado momento – atual – de uma determinada sociedade). Essa distinção entre ética (normativa) e moral (descritiva) é comumente encontrada na literatura especializada sobre o assunto. Autores como Aristóteles e Immanuel Kant destacam essa diferença entre ética (ou moralidade) e moral. Isto não implica dizer que "a moral é relativa e variável", como sugere o Recorrente em sua argumentação (alternativa que entende ser correta). Dito isto, a questão merece ser mantida.

Gabarito mantido.



Improcedem as alegações do recorrente.

Razão não assiste ao Recorrente. A argumentação apresentada por ele, confirma que a alternativa "a", por ele apontada como correta, está incorreta. De acordo com o art. 1°, § 1°, do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997), o trânsito é definido como "a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga". Portanto, o trânsito não se limita à utilização das vias apenas por pessoas, veículos e animais isolados, mas também abrange situações em que eles podem estar em grupos. Assim, a afirmação não reflete a definição de trânsito conforme estabelecida no CTB. Desta forma, a questão merece ser mantida.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 34

Improcedem as alegações do recorrente.

Razão não assiste ao Recorrente. Os erros gráficos apontados na questão não inviabilizam, nem de longe, a sua compreensão. Assim, não há que interpretar, quanto a faróis, que eles "entrem" ou "se aproximem", mas, sim, e somente sim, que eles devem estar "acesos", "ligados". Desta forma, por absolutamente infundados os argumentos do Recorrente, merece ser mantida a questão.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

CEP: 60.834-486 - Fortaleza-CE. CNPJ: 08.381.236/0001-27



Improcedem as alegações do recorrente.

Razão não assiste ao Recorrente, que interpretou equivocadamente o enunciado. Nele, se solicitou assinalar a alternativa "incorreta" que, fato é a A. A sugerida pelo Recorrente não deveria ser assinalada pois está correta, nos termos do art. 68, § 3°, do CTB (do qual foi extraído literalmente). Portanto, merece ser mantida a questão.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 39

Improcedem as alegações do recorrente.

Razão não assiste ao Recorrente. A alternativa apontada por ele como incorreta (e portanto, que poderia ser, também, assinalada pelo candidato), na verdade está correta, nos termos exatos do art. 105, I, do CTB, que estabelece os veículos nos quais o uso do cinto de segurança não é obrigatório, a saber os "veículos destinados ao transporte de passageiros em percursos em que seja permitido viajar em pé". Portanto, a questão merece ser mantida.

Gabarito mantido.



Procedem as alegações do recorrente.

Razão ASSISTE ao Recorrente. De fato, a alternativa correta, nos termos do art. art. 143, II, do CTB, é a "b" e não a "c". Portanto, DEVE SER ALTERADA A QUESTÃO.

Corresponde a mudança de Gabarito, na Prova 01 e 02, de C para B.

DEFERIDO

Questão 42

Improcedem as alegações do recorrente.

Razão não assiste ao Recorrente. A alternativa correta é a B. Assertiva I é correta, nos termos do art. 176, I, do CTB. Assertiva II é falsa, nos termos do caput do art. 174, do CTB. Assertiva III é correta, nos termos do art. 172, do CTB. Por conseguinte, todas as demais alternativas estão incorretas.

Desta forma, a questão merece ser mantida.

Gabarito mantido.



Improcedem as alegações do recorrente.

Razão não assiste ao recorrente, tendo em vista que a alternativa correta é, de fato, a que indica que a infração é considerada "gravíssima", segundo o art. 170, do CTB. Desta forma, a questão merece ser mantida.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 44

Improcedem as alegações do recorrente.

Razão não assiste ao Recorrente, uma vez que as alternativas idênticas não prejudicaram a compreensão do candidato. As alternativas C e E, idênticas (mero erro material), não eram a correta, de modo que não se afere prejuízo para o candidato. Percebe-se, portanto, que o candidato não questiona o mérito da questão (qual estaria correta ou incorreta), o que implica dizer que ele compreendeu bem a sua formulação. Portanto, a questão merece ser mantida.

Gabarito mantido.



Improcedem as alegações do recorrente.

Razão não assiste ao Recorrente. A alternativa correta é, de fato a que assinala "infração gravíssima", nos termos do art. 184, III, do CTB. Portanto, a questão merece ser mantida.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 48

Improcedem as alegações do recorrente.

Razão não assiste ao Recorrente. A penalidade para a infração apresentada no enunciado é a que consta na alternativa correta "multa e suspensão do direito de dirigir". A apreensão ou retenção do veículo e o recolhimento do documento de habilitação são "medida administrativa" (art. 244, III, do CTB), que não foi solicitada na questão. Portanto, a questão merece ser mantida.

Gabarito mantido.



Improcedem as alegações do recorrente.

Razão não assiste ao Recorrente.

A alternativa correta é a C, nos termos exatos do art. 261, I, c, do CTB. A alternativa B está incorreta, pois a pontuação, nesta hipótese, é de 30 pontos (art. 261, I, b, do CTB). Portanto, a questão merece ser mantida.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 50

Improcedem as alegações do recorrente.

Razão não assiste ao Recorrente, que não se apercebeu do distrator constante do enunciado. De fato, possuir PPD ou CNH não é agravante para a penalidade. Daí a palavra "exceto" no enunciado. Desta forma, a questão merece ser mantida.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS** e/ou **INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo XV do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que "A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais."

Publique-se,

Fortaleza – CE, 13 de junho de 2024.

INSTITUTO CONSULPAM

Instituto CONSULPAM Consultoria Público-Privada
Tel: (85) 3224-9369/3239-4402 – Av. Evilásio Almeida Miranda, 280 – Edson Queiroz
CEP: 60.834-486 – Fortaleza-CE. CNPJ: 08.381.236/0001-27